

A persistência do plágio e da fraude acadêmica

Há pouco mais de um mês recebemos uma mensagem de dois de nossos autores, em nosso e-mail institucional, alertando para o fato de um artigo que publicou na Revista Comunicação Midiática ter sido plagiado em uma monografia de conclusão de curso. Passada a primeira indignação com o ocorrido, ficamos apreensivos com os desdobramentos decorrentes de uma linha alternativa de eventos: e se, em vez de a mensagem contestasse um artigo publicado por nós, acusando o autor de plágio? Que medidas tomaríamos? Apenas suspender o artigo em questão seria suficiente?

É preocupante que a tomada para si do enunciado alheio, a apropriação do trabalho de investigação e pensamento crítico de outrem sem atribuição de crédito, seja ainda praticada com inconsequência, especialmente num momento em que há tantos recursos tecnológicos para sua detecção e, com a mesma facilidade com que se copiam textos e dados, também pode ocorrer a exposição da fraude. Tanto que bases de dados como o Directory of Open Access Journals (DOAJ), a qual integramos, e Scopus hoje recomendam que as revistas por elas indexadas mantenham públicas, em seus websites e em suas versões impressas, diretrizes de ética científica e políticas de detecção de plágio, de modo a evitar ocorrências como essa. Mas isso também traz potenciais problemas operacionais aos periódicos.

Atribuir ao parecerista a responsabilidade de checagem de plágio poderia pôr em risco a avaliação cega e gerar falsas suspeitas, uma vez que muitos trabalhos encaminhados aos periódicos hoje foram inicialmente publicados em anais de congressos, ou ao menos desenvolvidos a partir de participações em eventos – além disso, isso representaria o acréscimo de responsabilidade a um colaborador voluntário, não remunerado, em geral sobrecarregado de compromissos acadêmicos. Resta à revista, que tem conhecimento de quem são os autores, fazer a conferência da integridade do trabalho submetido; isso, porém, torna o processo de avaliação um pouco mais moroso, dado o volume considerável de trabalhos recebidos periodicamente.

Nos aliviámos ao saber que nenhum trabalho publicado por nós passou pelo constrangimento de uma acusação como a mencionada anteriormente, mas é inquietante ter ciência a persistência da fraude acadêmica, muitas vezes na forma de reciclagem de conteúdo/autoplágio e outras apontadas por José Luiz Aidar Prado (2015), editor científico de Galáxia no editorial do mais recente fascículo da revista. O editor chama a atenção inclusive para a desvantagem que a prática traz para o próprio plagiador: “O plágio deixa o autor sozinho, a citação o integra a um campo” (Prado, 2015: 7).

Para além das exigências de bases de dados, faz-se necessário que todos os periódicos – do nosso e de outros campos do conhecimento –, adotem essas políticas de detecção de fraude antes mesmo de encaminhar trabalhos aos pareceristas, de modo a preservar a credibilidade da publicação e preservá-la de constrangimentos – por mais que isso fira a presunção de inocência com que costumamos tratar os textos por nós recebidos, o que pode causar certo abalo nas relações de confiança entre autores e editores, que nos deveriam ser bastante caras.

Porém, tão importante quanto nos questionarmos sobre como combater essa prática é compreender suas dimensões dentro do campo – quantos trabalhos são rejeitados por periódicos e eventos por conta da detecção de fraude? – e o que a causa – e neste momento estamos mais propensos a lançar perguntas do que propor respostas.

A política quantitativista nas avaliações dos programas de pós-graduação e a consequente pressão para a publicação de artigos, embora seja um fator a se levar em conta, não deveria ser apressadamente apontada como causa única; afinal, sempre há soluções alternativas que poderiam ser discutidas – basta considerar que outras práticas eticamente questionáveis como autoplágio e a instauração de “linhas de montagem” de artigos, utilizando estudantes de graduação e pós-graduação como mera mão-de-obra acadêmica em artigos de falsa co-autoria – uma outra espécie de fraude acadêmica, como apontou Prado (2015) – são adotadas por uma minoria dentro do campo. Muitos de nossos pesquisadores conseguem “sobreviver” na pós-graduação e se manter produtivos sem a necessidade de apelar a tais recursos: assim – com o perdão da repetição – é preciso complexificar a problematização das origens do plágio, quem sabe submetê-las mesmo a uma exaustiva pesquisa científica. Os resultados disso certamente serão positivos, pois teremos mais a ganhar com a prevenção da fraude acadêmica, evitando que se instaure enquanto cultura de trabalho de indivíduos e grupos, do que com a sua punição.

Não obstante, uma eventual solução do problema somente virá a partir de um esforço conjunto dos pesquisadores da área, especialmente dentro do alcance que têm na transmissão de práticas e valores junto aos pesquisadores em formação de forma ativa – e talvez não seja exagero imaginar a inclusão de um módulo a respeito de ética na pesquisa em Comunicação, talvez integrante das disciplinas obrigatórias sobre metodologia de pesquisa – e como modelos de conduta profissional.

Referências:

PRADO, José Luiz Aidar. Editorial. Galáxia, n.29, p.7-8, jan./jun. 2015.

Mateus Yuri PASSOS

Editor Adjunto

Revista Comunicação Midiática